

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



SÃO PAULO

Diário da Assembléia

DECRETO LEGISLATIVO N. 66, DE 20 DE ABRIL DE 1972

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 13 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º — É aprovada a indicação do Senhor Raul Czarny para exercer as funções de Superintendente do Desenvolvimento do Litoral Paulista — SUDELPA.

12.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 7.ª LEGISLATURA, EM 18 DE ABRIL DE 1972

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h 30 min. abre-se a sessão, com a presença dos seguintes srs. deputados: Abílio Nogueira Duarte — Abrahim Dabus — Ademar de Barros — Agenor de Mattos — Agnaldo de Carvalho — Alberto Goldmann — Alex Freua Netto — Alfeu Praça — Guaçu Piteri — Antônio Henrique Cunha Bueno — Pinheiro Júnior — Antônio Salim Curiati — Arlindo dos Santos — Armando Pannunzio — Simões Neto — Ary Silva — Astolfo Araújo — Aurélio Campos — Benedito Matarazzo — Caio Pompeu de Toledo — Carlos Nelson Bueno — Carlos Cerchiari — Dulce Salles Cunha Braga — Fauze Carlos — Francisco Antônio Coelho — Geraldo dos Santos — Glória Júnior — Hatiro Shimomoto — Hélio Nunes da Silva — Ivahir de Freitas Garcia — Jacob Carolo — Jacob Salvador Zveibil — Jayro Maltoni — Jamil Duailibi — Januário Mantelli Neto — Jinei Noda — João Prado — Del Bosco Amaral — Jorge Maluly Neto — Pedro Nakasone — José Eduardo de Faria Lima — José Felício Castellano — Archimedes Lammoglia — José Maria Marin — José Ozi — José Rosa da Silva — José Sabino — Leonel Julio — Lineu de Paula Leão — Severo Lins — Marco Antônio Castello Branco — Nabi Chedid — Nesralla Rubez — Pedro Geraldo Costa — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Ruy Codo — Ruy Silva — Salvador Julianelli — Shiro Kyono — Sólton Borges dos Reis — Theodosina Ribeiro — Wadih Helu — Waldemar Lopes Ferraz — Welson Gasparini; e ausência do sr. deputado Antônio Morimoto.

O SR. PRESIDENTE — Convido o sr. 2.º secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

EMENTÁRIO DA 12.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Pequeno Expediente

Alberto Goldmann — Faz pronunciamento sobre o levante do Gueto de Varsóvia no seu 25.º aniversário.

Presidente Glória Jr. — Solidariza-se com o pronunciamento do Deputado Alberto Goldmann.

Shiro Kyono — Requer reforma urgente do Grupo Escolar "Otto Chaves", de Taubaté.

Archimedes Lammoglia — Solicita a reforma dos prédios das Delegacias de Salto e de Itú.

José Rosa da Silva — Tece considerações sobre o radialista Rubens Morais Sarmiento.

Presidente Glória Júnior — Comunica a visita de bolsistas do Rotary da Califórnia, Estados Unidos.

Jacob Salvador Zveibil — Congratula-se pelo aniversário do Estado de Israel.

Presidente Glória Jr. — Solidariza-se com o pronunciamento do deputado Jacob Salvador Zveibil.

Theodosina Ribeiro — Fala da necessidade de reforma no magistério Público.

Sólton Borges dos Reis — Apresenta editorial sobre a implantação do ensino do 1.º grau.

Jorge Maluly Neto — Aplauda atitude do Sr. Presidente da República contra a inflação.

Jayro Maltoni — Indica a necessidade de maior atenção para os agricultores da região de Jundiá.

José Sabino — Apresenta editorial sobre as eleições indiretas de 1974.

Abrahim Dabus — Discorre sobre a criação de Centros Médicos Legais no Interior.

Januário Mantelli Neto — Pede ao Prefeito da Capital maior atenção para os problemas da Zona Leste.

Wadih Helu — Fala a respeito da oficialização dos serviços de lotação.

Grande Expediente

Del Bosco Amaral — Faz críticas ao pronunciamento do Deputado José Sabino no tocante à bancada emedebista da Casa.

Agenor de Mattos — Encaminha Moção ao Sr. Presidente da República pedindo providências sobre tarifas e atividades da SAEC.

José Sabino — Tece considerações sobre desemprego.

Pedro Geraldo Costa — Discorre sobre a limpeza e higiene da Capital e as comemorações do Dia das Mães.

João Prado — Comenta a vida e a obra de Waldo de Moraes Costa.

Pinheiro Júnior — Fala sobre tempo para aposentadoria a servidores admitidos antes de 1.967.

Presidente Jayro Maltoni — Suspende a sessão por trinta minutos.

PRESIDÊNCIA dos srs. Glória Júnior, Jayro Maltoni e Jacob Carolo
SECRETÁRIOS, srs. Nesralla Rubez e Jayro Maltoni

SECRETÁRIOS, srs. Nesralla Rubez e Jayro Maltoni

Ordem do Dia

Presidente Jacob Carolo — Põe em discussão, e declara aprovado, o veto ao Projeto de Lei n. 295/71.

José Felício Castellano — Encaminha a votação do veto ao Projeto de Lei 313/71.

Presidente Jacob Carolo — Põe em votação, e declara aprovado, o veto ao Projeto de Lei 313/71.

— Põe em discussão o Projeto de Decreto legislativo n. 2/72.

Ary Silva — Discute o Projeto de decreto legislativo n. 2/72.

Presidente Jacob Carolo — Põe em votação, e declara aprovados, o Projeto de decreto legislativo n. 2/72 e os Projetos de leis ns. 225 e 14/71.

— Põe em discussão o Projeto de Decreto legislativo n. 2/72.

Ary Silva — Discute o Projeto de decreto legislativo n. 2/72.

Presidente Jacob Carolo — Põe em votação, e declara aprovados, o Projeto de decreto legislativo n. 2/72 e os Projetos de leis ns. 225 e 14/71.

Explicação Pessoal

Marco Antonio Castello Branco — Levanta uma questão de ordem.

Presidente Jacob Carolo — Responde à questão de ordem.

Ary Silva — Tece considerações sobre problema rodoviário existente na Via Anhanguera.

Presidente Jacob Carolo — Convoca os Srs. Deputados para a 13.ª Sessão Ordinária, amanhã, dia 19, às 14h30min. e declara encerrada a sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Alberto Goldmann, primeiro orador inscrito.

O SR. ALBERTO GOLDMANN — Sr. Presidente, srs. deputados, comemora a coletividade israelita de São Paulo, no próximo dia 19 de abril, o 29.º aniversário do levante do gueto de Varsóvia. Esta data traz à lembrança dos judeus de todo o mundo o holocausto que foi o assassinio, pelas hordas nazi-fascistas, de 6 milhões de membros do povo judeu.

O muro que delimitou o gueto de Varsóvia começou a ser construído em 1940 e tinha 16 quilômetros de comprimento, 3 metros de altura, coroado por arame farpado e cacos de vidro. Ali foi criado, oficialmente, o setor de residências judaicas, pelo nome para um campo de concentração em plena capital da Polônia. Inicialmente foi executado com 14 portões. Posteriormente foram subitamente fechados. Naquele local não se recebia correspondência, a alimentação era precária e o índice de mortalidade atingiu números impressionantes. Ali, 15 pessoas habitavam cada quarto, em média. A população do gueto atingiu a cifra de 500 mil pessoas pela chegada de comunidades deportadas de todas cidadezinhas da região.

Mas dentro dos muros a vida continuava com desenvolvimento do ensino e da cultura. Fazia isso parte da necessidade de sobrevivência. O extermínio em massa era ainda inacreditável, inconcebível. Não se sabia que em maio de 1942 o campo de Treblinka começara a ser construído.

E a 23 de julho começaram a ser deportados para aquele campo milhares de habitantes do gueto, que lá encontraram o seu fim em 3 câmaras de gás, com uma superfície de 25 metros quadrados e orifícios para introdução de gás impellido pelos motores instalados ao lado. Posteriormente o número de câmaras passou a 13. A maioria dos judeus do gueto acreditavam que estavam sendo levados para campos de trabalho. Não se acreditava ser possível, nem tinha sentido, matar-se tanta gente. Quando os remanescentes do gueto acreditaram na existência de Treblinka, já não eram mais que 50 mil pessoas.

Surgiu então a Organização Judaica de Combatentes, constituída de 1500 homens e mulheres, em geral jovens armados de rifles, revólveres e pistolas, de granadas confeccionadas pela resistência polonesa e de milhares de garrafas incendiárias. A partir daí o objeto era: opor-se às deportações, resistir até o fim.

No dia 19 de abril de 1943, véspera da páscoa Judaica, iniciou-se a revolta. Nos sótãos insalubres, nos esgotos, nos becos, nos canais inundados, nos prédios derrubados, nos subterrâneos cheios de gases venenosos e nos edifícios incendiados os resistentes ganhavam o direito de morrer com dignidade.

Os nazistas foram obrigados, para eliminar a revolta, a enviar mais forças, o que evidentemente os enfraquecia em outros setores da luta. Necessitaram utilizar-se de grupos da SS e do exército com artilharia e lança-chamas. Avião despejavam bombas incendiárias, enquanto explodiam-se quarteirões inteiros. Os que escapavam dos incêndios eram sumariamente fuzilados.

Artigo 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 20 de abril de 1972

JACOB PEDRO CAROLO, Presidente

Nesralla Rubez, 1.º Secretário

Jayro Maltoni, 2.º Secretário

A Secretaria da Educação, estou certo, tomará as providências para a urgente reforma do prédio, ou então, melhor seria que, aproveitando os 70 anos de fundação do estabelecimento, que coincide com os 150 anos de nossa Independência, lançasse a pedra fundamental para a construção de um novo prédio, dentro dos requisitos mais modernos de arquitetura e da técnica pedagógica".

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Archimedes Lammoglia.

O SR. ARCHIMEDES LAMMOGLIA — Sr. Presidente e nobres srs. deputados, nas várias legislaturas em que estamos nesta Casa, apresentamos inúmeras indicações aos vários governadores que se sucederam e participamos de vários despachos, inclusive com o atual governador Laudo Natel, sobre a reforma ou construção de um novo prédio para a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública da cidade de Itú, como também da cidade de Salto. No entanto, passam os governos e aqueles estabelecimentos continuam a reclamar imediatas providências por parte da administração pública estadual.

Fomos procurados, no decorrer da semana, por elementos de Itú principalmente — porque Salto é a nossa cidade natal e lá convivemos quase diretamente com seus municípios — que nos pediam tomássemos alguma providência junto à Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, no sentido de que fosse efetivamente reformado ou construído novo prédio, porque o MM. Juiz de Direito daquela comarca resolveu — se não o fez até o momento, falô-á sem dúvida alguma — declarar interdita a cadeia pública de Itú, pois o seu prédio oferece sérios perigos não só aos presos, como às pessoas que lá trabalham. O mesmo vem acontecendo com o prédio da Delegacia e Cadeia Pública da cidade de Salto, prédio este que nem pode ser comparado a maloca, porque as favelas que existem aqui na periferia da Capital, oferecem maior segurança aos seus moradores, do que aqueles prédios públicos que acabamos de citar.

Tivemos, ontem, audiência com S. Exa., o sr. secretário da Segurança Pública e falamos a s. exa. a respeito deste assunto, eis que tal fato está sob a responsabilidade do titular daquela Pasta. S. exa. disso tomou conhecimento e prometeu que providências que o assunto está a exigir. Esperamos que desta vez encontraremos uma solução para estes casos das duas delegacias e das cadeias públicas, mesmo porque já está constituindo uma vergonha para um departamento do Estado a existência desses dois estabelecimentos, que estão a reclamar, de longa data, novos prédios. Desde que estamos nesta Assembléia vimos reclamando providências para a reforma desses estabelecimentos. Por conseguinte, mesmo que tivessem sido construídos prédios quando pela primeira vez que apresentamos a nossa reivindicação, estariam eles a exigir uma reforma.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Rosa da Silva.

O SR. JOSÉ ROSA DA SILVA (Lê) — Sr. Presidente, srs. deputados, há que se fazer justiça e exaltar aqueles que se batem por nobres ideais. Mais nobilitante ainda é premar-se o esforço e a coragem daqueles que lutam, sofrem críticas, são muitas vezes mal compreendidos e que, apesar de trilharem um caminho pleno de impecilhos, e vicissitudes, continuam sem esmorecimentos na sua linha de conduta, não reivindicando nada para si, não se importando com aplausos, mas buscando a consecução do alvo, da meta a que se propuseram atingir.

Nesta linha de pensamento, ficaria um dia inteiro nesta tribuna do povo de São Paulo, a falar de um desses abnegados cidadãos: Rubens Morais Sarmiento. Este meu brilhante e popular colega de rádio, conhecido e admirado em todo o Brasil através de seus programas no Rádio Bandeirantes, a par de ser um dinâmico, entusiasta e às vezes até contundente defensor de nossa música popular é um dos poucos, talvez o único homem de rádio a se preocupar seriamente com a manutenção das nossas bandas de música.

Sua luta neste campo é admirável. Parte da humanidade, vai aos elogios e quando é necessário "arrasa" com quem ou com aquilo que conspira contra os interesses de nossas bandas. Dependesse dele e nenhuma praça, nenhum correto da mais modesta cidade, do menor rincão deste imenso Brasil, ficaria sem uma banda ou bandinha fazendo suas retretas modestas ou suas exibições portentosas, mas todas cantando em música as melodias suaves ou vibrantes que alegrem nossa gente e que trazem em todos os cenários deste país o colorido mais brasileiro que sempre existiu: a alma do próprio povo, de geração a geração, sacudida e emocionada com as notas partidas dos instrumentais de grupos abnegados de queridos musicistas. Dou-lhe

Em meados de maio, o general-comandante das forças alemãs anunciava o fim do gueto. Dali apenas 5 mil judeus conseguiram fugir. Os que morreram, morreram em pé, lutando contra a opressão. Tivessem acreditado em tal barbárie, talvez mais tivessem escapado.

Foi, e ainda é, a revolta do gueto de Varsóvia um exemplo que não será esquecido por todos os povos do mundo.

Sr. Presidente, requiro o envio de cópia deste discurso à Federação Israelita do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere o requerimento de v. exa. e se associa às manifestações do nobre orador, sabendo que fala, neste instante, em nome do Poder Legislativo.

Ao povo judeu, nesta data de máxima importância, a nossa solidariedade e o nosso mais profundo respeito.

Tem a palavra o nobre deputado Ary Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Guaçu Piteri. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Shiro Kyono.

O SR. SHIRO KYONO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e srs. deputados, neste ano o Brasil comemora, condescendentemente, o sesquicentenário da sua emancipação política e administrativa, pois há 150 anos, na Colina do Ipiranga, D. Pedro dava o grito memorável de "Independência ou Morte!" Nesse mesmo dia de setembro, o Grupo Escolar "Dr. Lopes Chaves", de Taubaté, comemora não 150 anos, mas sim, 70 anos de existência.

Sr. Presidente e srs. deputados, domingo passado, a convite da associação local, proferi conferência na cidade de Taubaté, e tive oportunidade de visitar pessoalmente aquele estabelecimento e verificar a precariedade em que se encontra o seu prédio. Recebi também uma comissão especial, encabeçada pelo seu diretor, prof. Oswaldo Teixeira Leite, e pela professora Maria José Teresa Lima, que apelou para este deputado no sentido de interceder junto às autoridades constituídas: ao sr. governador do Estado, à sra. secretária da Educação e ao sr. presidente do FECE, para que tomessem providências objetivando a reforma imediata daquele grupo escolar.

Estou enviando indicação ao Poder Executivo, através da douta Mesa desta Assembléia, cujo teor é o seguinte: (Lê) "Indicamos, nos termos regimentais, ao chefe do Poder Executivo, através da Secretaria da Educação e do FECE, a necessidade urgente de ser reformado o Grupo Escolar "Dr. Lopes Chaves", de Taubaté.

Justificativa

O Grupo Escolar "Dr. Lopes Chaves", de Taubaté, foi construído há 70 anos, abrindo 1.200 alunos, no período diurno; e à noite, quando funciona como ginásio, 1.500 alunos. Precisamente no dia 7 de setembro deste ano, comemora-se o aniversário de sua fundação, não tendo passado, até hoje, por nenhuma reforma.

Assim sendo, sofrendo a ação do tempo, o desgaste natural do próprio uso e sem a devida conservação por parte do governo, esse estabelecimento de ensino está precisando urgentemente de uma grande reforma.

Dada as precárias condições de higiene com que funciona, a direção do estabelecimento viu-se obrigada a suspender a merenda escolar, de tanta utilidade para os alunos menos favorecidos.

As condições de segurança são tão precárias que as famílias dos alunos temem pelos seus filhos.

E, pois, necessário que a Secretaria da Educação e o FECE, tomessem providências urgentes, principalmente no que diz respeito aos seguintes itens:

- 1 — Reforma do telhado
- 2 — Reforma dos sanitários
- 3 — Reforma do serviço de água e esgoto
- 4 — Instalação de 3 ou 4 bebedouros
- 5 — Reforma da cozinha
- 6 — Pintura do prédio
- 7 — Reforma da escada
- 8 — Construção de novas salas de aula,

bem como para a Diretoria, sala da arte, arquivo, sala para os professores, sala para biblioteca.

No fim do ano passado, estive no referido prédio um engenheiro do FECE, visitando o mesmo; entretanto, passado quase meio ano, nenhuma providência foi tomada.

O autor desta indicação esteve visitando todo o estabelecimento de ensino e pôde constatar, "in loco", as deficiências do mesmo e as péssimas condições de higiene e segurança em que funciona.